

**HABEAS CORPUS Nº 486.657 - MG (2018/0346089-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : FLAVIO HENRIQUES LELIS  
**ADVOGADOS** : RENATO MARTINS MACHADO - MG096403  
LEONARDO DE CARVALHO BARBOSA - MG113013  
THIAGO PIRES SILVA CARNEIRO - MG125140  
MATHEUS NASCIMENTO GOMES - MG175473  
VINICIUS PAPA SOARES - MG183978  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : JULIO CESAR LEITE (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de JULIO CESAR LEITE, contra r. **decisum** de em. Desembargador do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, que indeferiu a liminar pleiteada em **writ** naquela Corte impetrado.

Depreende-se dos autos que o d. juízo de primeira instância decretou a prisão preventiva do paciente por suposta participação em organização criminosa voltada para a prática de furtos qualificados.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da prisão preventiva do paciente. O em. Desembargador Relator indeferiu a liminar.

Dáí o presente **mandamus**, no qual o impetrante alega, em síntese, a necessidade de afastamento do óbice imposto pela Súmula nº 691/STF, ante a existência de constrangimento ilegal em razão da ausência de indícios de autoria, bem como ausência dos requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva do paciente, sem prejuízo da imposição de medidas cautelares diversas e, subsidiariamente, pleiteia a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, em razão de ser pai de uma criança menor de 12 anos de idade.

A liminar foi indeferida às fls. 226-228 e as informações foram prestadas às fls. 251-260.

O Ministério Público Federal, às fls. 267-272, manifestou-se pela denegação da ordem, em parecer assim ementado:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE ROC. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, FURTO E LAVAGEM DE DINHEIRO. PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA MEDIDA. ART. 312 DO CPP. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. FILHO MENOR DE 12 ANOS. PLEITO DE PRISÃO DOMICILIAR. SUBSTITUIÇÃO NÃO AUTOMÁTICA. IMPRESCINDÍVEL DEMONSTRAR A EFETIVA NECESSIDADE NO CUIDADO COM A CRIANÇA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRITE, NO MÉRITO, PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM" (fl. 267).*

É o relatório. **Decido.**

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **questio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar.

Sobre o tema, contudo, insta consignar que a jurisprudência desta eg. Corte há muito já se firmou no sentido de que, ressalvadas hipóteses excepcionais, descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar **indevida supressão de instância**.

*Tal matéria encontra-se, inclusive, sumulada, conforme se depreende do enunciado sumular nº 691/STF, in verbis: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar".*

Na hipótese, não verifico, da análise das decisões do em. Desembargador do eg. Tribunal de Justiça, que indeferiu e que ratificou o indeferimento do pedido liminar deduzido no **habeas corpus** originário (fls.

55-56 e fls. 245-247), a ocorrência de **flagrante ilegalidade** capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido, razão pela qual o **não conhecimento** do presente **writ** é medida que se impõe.

Nesse sentido a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça:

*"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. MENÇÃO À QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA (268,3 G DE MACONHA) NA DECISÃO DO JUÍZO SINGULAR. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE INDEFERIU MEDIDA DE URGÊNCIA EM MANDAMUS ORIGINÁRIO. SÚMULA 691/STF. APLICABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CAPAZ DE JUSTIFICAR O ABRANDAMENTO DO ÓBICE. INEXISTÊNCIA. INDEFERIMENTO LIMINAR DO WRIT QUE DEVE SER MANTIDO.*

*1. Evidenciada a inexistência de constrangimento ilegal capaz de justificar o abrandamento do óbice da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, uma vez que o Magistrado singular ao converter a prisão em flagrante da paciente em prisão preventiva o fez com menção à quantidade de droga apreendida (268,3 g de maconha) e à quantidade de munições de calibre 12.*

*2. Pedido de reconsideração, às fls. 68/69, recebido como agravo regimental. Agravo regimental improvido" (RCD no HC 397.283/MG, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe 24/05/2017, grifei).*

*"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ATO COATOR: DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DA INSTÂNCIA DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE MANIFESTA QUE AUTORIZE A RELATIVIZAÇÃO DA DIRETRIZ DA SÚMULA 691 DO STF. ROUBO COM EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE PESSOAS, TENDO SIDO A VÍTIMA AMARRADA, VENDADA E ABANDONADA EM LOCAL ERMO. FUNDAMENTOS CONCRETOS A EVIDENCIAR FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem. 2. Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a*

*efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado (HC 318.415/SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/15, DJe 12/8/15). 3. No caso destes autos, não há ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia a autorizar a concessão da ordem de ofício, pois a prisão preventiva encontra-se baseada não apenas na gravidade abstrata do tipo penal, mas também nas circunstâncias específicas do delito praticado no caso concreto e em suas consequências, tratando-se de roubo com emprego de arma e concurso de pessoas, tendo sido a vítima amarrada, vendada e abandonada em local ermo, tudo a evidenciar periculum libertatis. Quanto ao fumus commissi delicti, outrossim, as instâncias ordinárias consideraram suficientes os indícios de autoria.*

*4. Agravo regimental não provido" (AgRg no HC 392.268/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 07/04/2017).*

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC nº 103570, Primeira Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC nº 121828, Primeira Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC nº 123549 AgR, Segunda Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min. **Cármem Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: **HC nº 392.348/RO, Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**; **HC nº 392.249/PR, Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**; **HC nº 392.316/SP, Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**; **HC nº 391.936/SP, Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**; **HCnº 392.187/SP, Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**.

Ante o exposto, não conheço do presente **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

